



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº 20/2018

CONTRATO Nº 20/2018 QUE ENTRE SI
CLEBRAM O SERVIÇO DE LIMPEZA
URBANA DO DISTRITO FEDERAL –
SLU/DF, E A EMPRESA VALOR
AMBIENTAL LTDA, NOS TERMOS DO
PADRÃO 02/2002

Processo SEI/GDF nº
00094-00005053/2018-16

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF, ente autárquico distrital, CNPJ nº 01.567.525/0001-76, sediado no SCS, Q. 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2.000, 6o andar, Brasília-DF, neste ato representada pela sua Diretora-Presidente, **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, portadora da CI nº M-417.159 SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, domiciliada e residente nesta Capital, e a por sua Diretora de Administração e Finanças **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, portadora da CI nº 3.282.482 SSP/DF e CPF nº 369.946.503-91, domiciliada e residente nesta Capital, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante CONTRATANTE e a empresa **VALOR AMBIENTAL LTDA.**, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ Nº 07.026.299/0001-00, sito à SIA SUL Trecho 04, nº 2000, Bloco F, Sala 106 – Brasília/DF, por seus Administradores os senhores **DIETER TOMOO KOPP IKEDA**, Brasileiro, residente e domiciliado em Brasília/DF, RG nº 218836776 SSP/SP, CPF nº 804.436.051-49, **MARCO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro Civil, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Cédula de Identidade Nº 9.700/D CREA-DF e do CPF nº 539.431.631-72, e **EDUARDO QUEIROZ ALVES**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e Domiciliado nesta Capital, portador da Cédula de Identidade nº M-1052133 SSP/MG e do CPF nº 240.206.306-82, e, considerando a Dispensa de Licitação nº 001/2018-SLU/DF (4576275), com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, além das demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos da Dispensa de Licitação nº 001/2018-SLU/DF (4576275), da proposta de preços (4712752) e da Lei nº 8.666/1993, que passam a integrar este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a contratação em caráter **EMERGENCIAL** de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento e manutenção do Aterro Controlado do Jóquei – ACJ, localizado na Cidade Estrutural (área especial), para execução de atividades de manutenção dos dispositivos e sistemas de drenagem de águas pluviais, líquidos percolados e gases: monitoramento topográfico geotécnico, ambiental e das águas pluviais; manutenção das lagoas de acumulação de líquidos percolados; monitoramento e manutenção e implantação de drenos e canaletas de captação de águas pluviais; recebimento e aterramento de resíduos sólidos da construção civil, podas e galhadas; conforme condições e quantidades descritas no Projeto Básico (4764382), sem necessidade de descrição, uma vez que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Parágrafo Primeiro - RESÍDUOS SÓLIDOS QUE PODEM SER RECEBIDOS NO ACJ, APÓS A RETIRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – RSU:

4.1.1. Poderão ser recebidos no ACJ os Resíduos caracterizados como Resíduos da Construção Civil (RCC), que se classificam como Classe A, segundo Art 3º da Resolução 307/2002 e posterior alterações, de Podas e Galhadas, que se classificam como resíduo Classe II - não perigosos, conforme a NBR 10004/2004.

4.1.2. Poderão ser aterrados no ACJ os Resíduos caracterizados como rejeitos segundo a Lei 12.305/2010, que porventura estejam misturadas as cargas de RCC/RCD recebidas no ACJ. A quantidade de aterramento desse tipo de material não deve ultrapassar o limite de 20% da carga de RCC/RCD recebida no mesmo por mês. Esse tipo de material poderá ser aterrado no ACJ até a elaboração e execução do Plano de Recuperação da Área, quando novas diretrizes acerca da operação do ACJ serão adotadas, segundo o Plano.

4.1.3. A quantidade de Resíduos da Construção Civil prevista para recebimento no Aterro do Jóquei será de 113.000 (cento e trinta mil) toneladas/mês

Parágrafo Segundo - OPERACIONALIZAÇÃO DO ATERRO

4.2.1. Aterro deverá estar apto a receber os resíduos sólidos relacionados no item 4.1.1, de segunda a sábado das 07h00min às 19h00min exceto nos feriados nacionais e do Distrito Federal.

4.2.1.1. A operação de aterramento de resíduos da construção civil será de segunda a sábado das 07h00min às 19h00min.

4.2.2. A CONTRATADA deverá manter equipes treinadas de manobristas para orientar os motoristas dos veículos que ingressem no Aterro para a deposição dos resíduos da construção civil em locais adequados, estes locais deverão estar em conformidade com o Plano de Manutenção.

4.2.3. A CONTRATADA deverá manter permanentemente em operação no Aterro sistemas ou procedimentos que evitem ou reduzam a presença de aves e outros animais

Parágrafo Terceiro - ESTUDO TOPOGRÁFICO

4.3.1. A CONTRATADA deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da Ordem de serviço, um estudo inicial, topográfico planialtimétrico do maciço do Aterro do Jóquei, na escala que possibilite a geração de curvas de nível de 1,00m em 1,00m. O resultado do levantamento deverá ser entregue em formato DWG ou DXF georreferenciado em planta A0, aonde devem ser identificados os limites do maciço, os tubos da rede de captação de gás metano, edificações, águas pluviais, rede elétrica, rede de água e esgoto, lagoas de chorume, vias de acesso, rede de captação de chorume, e

demais intervenções situadas na área do maciço.

4.3.1.1. A CONTRATADA deverá realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura da ordem de serviço, um relatório fotográfico trimestral, feito com equipamentos específicos acoplados em um drone, que fará um sobrevoo acima do Aterro do Jockey.

4.3.2. A CONTRATADA deverá realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura da ordem de serviço, um relatório fotográfico mensal de acompanhamento dos serviços, incluindo projetos "As built" no formato DWG, com todas as alterações nos taludes do maciço do Aterro no período do referido mês.

4.3.3. A CONTRATADA deverá realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados da Ordem de Serviço, levantamento mensal topográfico planialtimétrico e cadastral da área onde se situa o Aterro Controlado do Jockey e de seu entorno, incluindo todas as singularidades relevantes para o estudo do terreno previstos no item 4.3.1.

4.3.4. Além de estacas e pontos auxiliares distribuídos em toda a área, deverão ser lançados todos os pontos notáveis como taludes, valas, construções, cercas, nascentes, córregos ou qualquer outro recurso hídrico, além da vegetação de interesse, sendo que as curvas de nível deverão ser traçadas de metro em metro.

4.3.5. O produto do levantamento mensal topográfico planialtimétrico, com as convenções usuais indicadas em legenda, deverá ser materializado em planta, escala 1:1.000, formato de arquivo do software DWG ou equivalente (em CD-Rom) e, também em 3 (três) cópias em papel sulfite, tamanho A1, a ser apresentado ao SLU por meio de Relatórios Mensais.

Parágrafo Quarto - SISTEMA DE PESAGEM

4.4.1. A pesagem dos veículos de transporte de Resíduos da Construção Civil utilizados na manutenção do ACJ será sempre realizada na entrada e na saída do Aterro, por funcionários do SLU, os quais utilizarão balanças rodoviárias.

4.4.2. A CONTRATADA deverá providenciar, trimestralmente, a aferição das balanças rodoviárias, mediante atestado emitido pelo INMETRO.

4.4.3. O atestado de aferição realizado pelo INMETRO deverá ser entregue à Fiscalização do SLU, juntamente, com a Nota Fiscal de serviços do mês de realização da aferição, sob pena de aplicação de penalidade por descumprimento contratual, conforme Decreto nº 26.851, de 30/05/2006.

4.4.3.1. Na hipótese de impedimento temporário do uso das balanças, o peso diário coletado será apurado por estimativa, utilizando-se como referência a média dos pesos registrados, por cada veículo das últimas três semanas, considerando-se os mesmos dias da semana.

4.4.4. A CONTRATADA deverá realizar, mensalmente, a manutenção das balanças, conforme planilha de custos, Anexo D.

4.4.4.1. Durante o período de realização da manutenção de cada balança a outra deverá permanecer em funcionamento, não podendo haver interrupção das atividades.

4.4.5. A CONTRATADA deverá entregar no início da execução do contrato, cronograma de manutenção mensal e das aferições trimestrais.

Parágrafo Quinto - SISTEMA VIÁRIO DE ACESSOS

4.5.1. A CONTRATADA deverá manter as vias de acesso periférico à área de operação e manutenção

do Aterro em plenas condições de trafegabilidade.

4.5.1.1. Nessas pistas deverá ser realizada a manutenção sempre quando necessário, com pavimento reforçado, sendo constituído por: 30 cm de espessura de reforço de sub-base com entulho (RCC); 10 cm de espessura de brita nº 3 e 5 cm de espessura de brita graduada.

4.5.2. A CONTRATADA deverá implantar e manter vias internas em perfeitas condições de tráfego, em qualquer época do ano, principalmente nos períodos de chuvas fortes.

4.5.2.1. Nas vias internas de serviço deverá ser realizada a manutenção sempre quando necessário com revestimento simples, sendo constituído por: 50 cm de espessura de entulho (RCC), 20 cm de espessura rachão e 10 cm de espessura de brita nº 3.

4.5.2.2. As vias internas de serviço deverão ser irrigadas quando necessário, visando à redução da emissão de material particulado e poeira.

4.5.2.3. Somente poderão ser utilizados como material de cobertura das vias de serviço, solo de escavação, resíduos da construção civil já triados, isentos de ferragens e materiais perfuro-cortantes, plásticos e madeiras, conforme resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações.

Parágrafo Sexto - SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

4.6.1. A CONTRATADA deverá implantar, quando necessário, sistema de drenagem que permita a captação de águas pluviais, de maneira independente da captação de chorume, sendo que as águas porventura contaminadas pelo contato direto com os resíduos deverão ser encaminhadas para o sistema de acumulação de chorume.

4.6.2. O sistema deve ser constituído de canaletas meia cana, descidas hidráulicas em gabião - colchão Reno, travessias das bermas em gabião, travessia de estrada em tubulações de concreto, deságue final em bacia de dissipação em brita no. 3 com muro de ala em gabiões armado. A interseção dos elementos de drenagem será em caixas de passagem em alvenaria estrutural.

4.6.3. A drenagem periférica de águas pluviais deverá ser executada, quando necessária, com a finalidade de desviar as águas de chuvas provenientes das bacias de contribuição, localizadas no entorno do aterro.

4.6.4. A drenagem de águas pluviais deverá ser implantada também, quando necessário, no pé e no talude do maciço do aterro, constituindo-se de canaletas para o escoamento das águas de chuvas, de modo a impedir a erosão e o carreamento de materiais de cobertura e de proteção da célula de lixo.

4.6.5. A ligação entre as descidas e canaletas será feita através de caixas de passagem em alvenaria estrutural.

4.6.6. A CONTRATADA deverá manter o sistema de drenagem de águas pluviais associado a cada via de serviço, mantendo-o, permanentemente, limpo de forma a evitar o acúmulo de água na área operacional e assegurar boas condições de tráfego.

4.6.7. As travessias sob as vias de serviço devem ser, periodicamente, desobstruídas, de modo a não alagar as regiões vizinhas ao aterro.

Parágrafo Sétimo - SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME

4.7.1. A CONTRATADA deverá manter sistema de drenagem de chorume em todo o perímetro da área do maciço de resíduos orgânicos aterrados do Aterro do Jóquei.

4.7.2. A fim de evitar excessos de poro-pressão gerados nos trechos com riscos de instabilidade,

poderá ser necessária, a implantação de drenos de berma, em toda a área, implantação de drenos transversais sobre as plataformas, sendo que estes drenos deverão ser conectados aos drenos periféricos, de forma complementar.

4.7.3. As descidas dos drenos profundos de berma para os drenos periféricos deverão ser realizadas com rachão, implantadas transversalmente aos taludes, com espaçamento definido em função das condicionantes de cada trecho, considerando um espaçamento máximo de 100 metros.

4.7.4. As caixas de passagem de chorume e as tubulações principais de drenagem devem ser inspecionadas e limpas sempre que necessário, de maneira a garantir drenagem eficiente.

4.7.5. Em hipótese alguma poderá ocorrer dissipação do chorume in natura.

4.7.6. No caso de afloramento do chorume, deverá ser aberta vala com retroescavadeira ou similar, colocando-se rachão e redirecionando o chorume ao dreno mais próximo.

Parágrafo Oitavo - SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE CHORUME.

4.8.1. Caberá à CONTRATADA operar e manter o sistema de acumulação de efluentes para a recirculação de chorume existente, com a utilização de caminhões do tipo tanque/pipa e/ou bombas de alta pressão e aspersões rotativos.

4.8.2. O processo de retirada do chorume dos tanques de acumulação deve ser rápido para que não extravase o volume de armazenamento das lagoas de acumulação, levando em consideração o período de chuvas.

4.8.2.1. A recirculação de chorume em período seco deverá obedecer aos padrões de recirculação que favoreçam a evaporação.

4.8.3. A CONTRATADA deverá, diariamente, fazer anotação do nível do armazenamento nos tanques de acumulação, de maneira a permitir uma avaliação da geração mensal de chorume no Aterro do Jóquei, com a quantificação dos líquidos recirculados, e ao final de cada mês, disponibilizar Relatório Mensal ao SLU, para fins de controle de dados estáticos.

Parágrafo Nono - SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE BIOGÁS

4.9.1. A CONTRATADA deve realizar, quando verificar necessário, a implantação de poços de drenagem de biogás e garantir a permanente captação e queima do biogás em todo maciço de resíduos orgânicos aterrados.

4.9.2. Os poços de captação e o sistema de queima de biogás devem ser mantidos sempre acesos e monitorados.

4.9.3. A drenagem de gases deverá ser constituída por uma série de poços, com espaçamento de, no máximo, 60 metros entre si.

4.9.4. Os drenos deverão ser confeccionados com tubos de concreto de 30 cm, perfurados com furos de 2" a cada 15 cm, envolto por um lastro de 30 cm de rachão tendo como guia uma tela metálica.

4.9.5. Deverão ser reparados, o mais breve possível, os drenos verticais de gases que porventura se encontrem obstruídos ou avariados ou aqueles que apresentarem problemas durante a execução do Contrato

Parágrafo Décimo - RECOBRIMENTO FINAL DE TODO MACIÇO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS ATERRADOS

4.10.1. A cobertura final do topo das células, das bermas, na espessura mínima de 30 centímetros, deverá ser contínua e uniforme, utilizando material inerte recebido como resíduos da construção civil e que apresentar característica mais argilosa, com a finalidade de evitar ao máximo a infiltração de águas pluviais e consequentemente a diminuição da produção de chorume.

4.10.2. Os taludes de contorno devem ser configurados com o objetivo de garantir a estabilidade do maciço e permitir a impermeabilização com material inerte recebido como resíduos da construção civil e que apresentar característica mais argilosa, na espessura mínima 60 cm e geometria 1 (Vertical):3(Horizontal).

4.10.3. A camada final dos platôs e das bermas devem apresentar um caimento na direção das bordas, com o objetivo de evitar a formação de bolsões d'água sobre o Aterro, devido aos recalques diferenciais.

Parágrafo Décimo Primeiro - MONITORAMENTO

4.11.1. A CONTRATADA deverá proceder à instalação de instrumentação para verificação da estabilidade do Aterro, descrevendo todo monitoramento no Plano de Monitoramento Geotécnico e Topográfico, a ser aprovado pelo SLU, que deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.

4.11.2. A CONTRATADA deve manter uma equipe de topografia permanente no Aterro para efetuar a leitura periódica de todos os instrumentos, fornecendo os resultados em Relatórios Mensais, a serem apresentados ao SLU, onde devem constar os relatórios analíticos com a interpretação técnica dos resultados obtidos.

4.11.3. Deverão ser instalados marcos superficial, piezômetros e outros dispositivos que se façam necessários, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico e de seus anexos, e com o Plano de Operação e Manutenção.

4.11.4. A CONTRATADA deverá manter o pluviômetro existente no Aterro do Jóquei e realizar sua leitura diária e anotação em caderno específico.

4.11.5. A CONTRATADA deverá, também, implantar um sistema de monitoramento das águas superficiais existentes na área do aterro e suas imediações. O monitoramento, que incluirá pelo menos leituras trimestrais de índices de qualidade das águas, deverá ser apresentado ao SLU em Relatórios Mensais.

4.11.6. Todas as informações e monitoramentos pertinentes ao ACJ e exigidas pelos órgãos ambientais competentes, deverão ser realizados pela Contratada.

Parágrafo Décimo Segundo - ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

4.12.1. As quantidades, marcas, modelos, capacidades e demais características dos veículos, máquinas e equipamentos necessários à perfeita operação do Aterro do Jóquei, devem atender ao volume e qualidade dos serviços prestados e devem estar disponíveis em perfeito estado de conservação e operação. Os veículos e equipamentos não poderão ultrapassar a idade de cinco anos de fabricação.

4.12.2. Os veículos e equipamentos devem ser disponibilizados pela CONTRATADA para vistoria da Fiscalização do SLU, antes do início dos serviços.

4.12.3. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva, visando manter em bom estado seus veículos, equipamentos e demais instalações, garantindo a continuidade e regularidade

na prestação dos serviços.

4.12.4. Os equipamentos e instalações deverão ser dotados de dispositivos de controle de vibrações, de ruídos, de poeiras e emissão de poluentes atmosféricos de acordo com as normas em vigor.

4.12.5. A CONTRATADA deverá contar obrigatoriamente com, no mínimo, os seguintes equipamentos:

- a) 04 (quatro) tratores de esteira, com peso operacional mínimo de 16 toneladas, equipado com lâmina, com potência líquida mínima no volante de 150 HP, dotado de cabine / capota tipo ROPS que permita a proteção do operador contra sol e chuva, em bom estado de conservação. Deverá ser mantida reserva técnica para esses equipamentos com as mesmas características.
- b) 01 (uma) escavadeiras hidráulica, com profundidade mínima de escavação de 5 metros e caçamba mínima de 0,7 m³, com potência mínima líquida de 140 HP.
- c) 01 (uma) pás carregadeira, sobre pneus, equipadas com motor diesel de potência mínima de 105 HP dotada de cabine / compartimento do operador tipo ROPS, com pára-brisas dianteiro e limpador, alarme de ré, conjunto de pneus reserva para imediata substituição no caso de furos e danos, acionamento hidráulico de caçamba, motor e eixo motriz compatíveis com a capacidade da caçamba proporcionando-lhe agilidade nos movimentos de desagregação e carregamento, direção hidráulica, caçamba com lâmina tipo bico de pato ou dentes, de capacidade mínima de 1,8m³, em bom estado de conservação;
- d) 01 (uma) motoniveladora de 130 HP para os serviços de terraplanagem e conservação das vias de serviço.
- e) 02 (dois) caminhões basculante trucado 14,0m³ diesel 286 CV.
- f) 05 (cinco) caminhões tanque, para recirculação de chorume, equipados com tanque de capacidade mínima 10.000 litros.
- g) 02 (dois) caminhão tanque, para irrigação das vias internas com água de reuso, equipados com tanque de capacidade mínima 10.000 litros e esparginador.
- h) 01 (um) veículo leve
- i) 01 (um) veículo furgão

Parágrafo Décimo Terceiro - SERVIÇOS GERAIS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.13.1.. Dentre os serviços de atividades complementares que integram os serviços de operação e manutenção do aterro incluem-se as seguintes:

- Extinção imediata de eventuais focos de incêndio através de recobrimento com terra ou outra técnica disponível ou indicada pelo SLU;
- Reconstrução dos sistemas de drenagem de chorume, de gases e de águas pluviais existentes que, pela ação natural ou por recalques do Aterro, venham a ser danificados;
- Reconstrução do maciço sempre que ocorrerem recalques, escorregamentos rupturas e trincas nos taludes e bermas;
- Manutenção e limpeza das edificações, da planta de reciclagem de resíduos da construção e demolição, dos sanitários, incluindo as edificações onde funcionam a administração e fiscalização do SLU, e demais dependências existentes no Aterro, e de seus respectivos

acessos;

- Manutenção da iluminação noturna em perfeitas condições de funcionamento;
- Recomposição e manutenção das cercas nos limites do terreno, a fim de mantê-las em perfeito estado de conservação;
- Reconstrução de drenagens superficiais para afastamento das águas pluviais;
- Manutenção dos tanques de acumulação de chorume existentes;
- Limpeza, roçagem, capina de toda área do aterro.

4.13.2. As despesas operacionais relativas aos serviços prestados (consumo de água, energia e quaisquer outras despesas relacionadas à prestação do serviço) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Quarto - PLANO DE OPERAÇÃO/MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DO ATERRO DO JÓQUEI

4.14.1. Deverá ser apresentado pela CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato o PLANO DE OPERAÇÃO/MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DO ATERRO DO JÓQUEI, que será analisado e aprovado pelo SLU. As etapas estabelecidas no referido Plano devem ser seguidas rigorosamente, e somente poderão ser alteradas se submetidas por escrito ao SLU e autorizadas.

4.14.2. O Plano de Operação Monitoramento e Manutenção a ser elaborado pela CONTRATADA deverá considerar a cota existente no aterro, identificada no levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral.

4.14.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, os Planos de Manutenção e de Monitoramento Geotécnico e Topográfico referenciados neste Projeto Básico e necessários à operação e manutenção do Aterro, em conformidade com as exigências, diretrizes e os prazos definidos no Edital e observando as modernas técnicas de engenharia aplicáveis e as Normas Técnicas da ABNT, Instruções Técnicas do órgão de controle ambiental e demais legislações pertinentes.

4.14.4. O Plano de Operação monitoramento e manutenção deverão conter, no mínimo, os seguintes itens:

- Plantas detalhadas de localização e situação do Aterro do Jóquei em escala 1:10.000, em conformidade com o levantamento planialtimétrico topográfico;
- Projetos geométricos e de terraplanagem dos acessos e vias de serviço;
- Projetos geométricos e de terraplanagem para cobertura de todo maciço de resíduos orgânicos já aterrados, bem como projeto de arranjo geral do aterro para período de duração do contrato;
- Definição das responsabilidades gerenciais e operacionais, com apresentação de preposto da CONTRATADA e respectiva equipe de trabalho;
- Descrição das atividades na (s) frente (s) de operação do aterro para recebimento e resíduos da construção civil, da quantidade de frentes de descarga, da ação com os catadores, do espalhamento, assim como o modelo e a quantidade de todos os equipamentos utilizados nesta (s) frente (s) e seu período de utilização;

- Descrição da implantação de drenagem de chorume e do biogás, com representação gráfica sob uma planta com topografia atualizada;
- Descrição dos avanços do aterro de resíduos da construção civil, com representação gráfica das áreas de aterramento (células), sob uma planta com topografia atualizada.
- Descrição cronológica das ações elencadas com apresentação de prazos e períodos previstos para execução de cada atividade.

Parágrafo Décimo Quinto - APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E DOS PROJETOS E PLANOS ELABORADOS

4.15.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao SLU um Relatório detalhado e com fotos, com todas as operações e serviços realizados e previstos neste Projeto Básico, que deverá estar em conformidade com o Plano de Operação e Avanço. No documento deverão constar, ainda, espécies, volumes e quantidades de quaisquer resíduos por ventura recebidos no aterro.

4.15.2. No Plano de Monitoramento Geotécnico e Topográfico deverá ser demonstrado o levantamento topográfico planialtimétrico que, além de estacas e pontos auxiliares distribuídos em toda a área, demonstre o lançamento de todos os pontos notáveis como taludes, valas, construções, cercas, nascentes, córregos ou qualquer outro recurso hídrico, além de vegetação de interesse, sendo que as curvas de nível deverão ser traçadas de metro em metro. Deve conter o projeto de locação e detalhamento da instrumentação para monitoramento geotécnico e topográfico adotada no Aterro.

4.15.3. O produto do levantamento topográfico planialtimétrico, com as convenções usuais indicadas em legenda, deverá ser materializado em planta, em escala 1:1000, a ser apresentada em formato de arquivo digital do software DWG ou equivalente (em CD-ROM), e também em três (03) cópias em papel sulfite tamanho A1.

4.15.4. Os relatórios, estudos e projetos a serem elaborados, deverão ser apresentados e entregues da seguinte forma:

4.15.4.1. As plantas deverão ser entregues em formato digital (CD-ROM ou DVD-ROM) e com 3 (três) cópias em papel formato A1 (ABNT) com carimbo padrão SLU;

4.15.4.2. Os textos deverão estar impressos em papel formato A4 (ABNT), fotocopiados e encadernados, em 2 (duas) vias, além de uma via em meio eletrônico digital (CD-ROM ou DVD-ROM).

Parágrafo Décimo Sexto - MEDIÇÕES E PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS

4.16.1. Os serviços de elaboração dos Planos de Operação, Monitoramento e manutenção Geotécnico e Topográfico serão considerados concluídos quando aprovados pelo CONTRATANTE, observados os prazos estabelecidos neste Projeto Básico. Esta condição não inviabiliza futuras adequações e ajustes aos Planos citados.

4.16.2. Os pagamentos serão realizados em parcelas mensais, na proporção de 1/6 (um seis avos), a unidade de medida será a tonelada, tendo como referência à data de início da efetiva operação do Aterro Controlado do Jóquei.

4.16.3. Todos os serviços descritos neste documento e quantificados na Planilha de Preços Unitários deverão ser cumpridos integralmente. A falta do cumprimento dos serviços descritos implicará na

dedução (glosa) do valor correspondente ao serviço ou alocação de equipamentos e veículos previstos para execução do contrato na quantidade não realizada.

4.16.4. A CONTRATANTE efetuará o pagamento da parcela correspondente ao mês faturado a partir do mês subsequente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura e da nota fiscal pela CONTRATADA, a qual deverá conter a discriminação detalhada do objeto executado no período, bem como estar devidamente atestada e visada pela Administração do CONTRATANTE, além de estar acompanhada dos seguintes documentos:

4.16.4.1. A CONTRATANTE terá prazo de até 5 (cinco) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento com as informações pertinentes, ou para devolvê-la à CONTRATADA se forem constatados erros no seu preenchimento ou execução dos serviços em desacordo com o contrato e com este Projeto Básico. Na hipótese de devolução da nota fiscal à CONTRATADA será acrescido ao prazo o período de tempo decorrido entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.16.4.2. A CONTRATANTE terá até 30 (trinta) dias para pagar o valor da nota fiscal acompanhada dos documentos listados no item anterior, contados da data da sua atestação.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

O valor mensal estimado do Contrato é de R\$ 1.233.960,00 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, e novecentos e sessenta reais), sendo o valor unitário por tonelada de R\$ 10,92 (dez reais e noventa e dois centavos), perfazendo o valor total estimado, para execução do serviço no período de até 180 (cento e oitenta) dias, em R\$ 7.403.760,00 (sete milhões, quatrocentos e três mil, e setecentos e sessenta reais).

Parágrafo Único – Planilha Resumo de Preços

SERVIÇOS	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR SEMENTRAL R\$
Operação e manutenção do aterro controlado do jôquei (ACJ)	t/mês	113.000	10,92	1.233.960,00	7.403.760,00
			Valor Total	1.233.960,00	7.403.760,00

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas deste Contrato correrão à conta das Dotações específicas, consignadas no orçamento para o exercício de 2018.

7.2. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 222214

II – Programa de Trabalho: 15.452.6210.2079.6118 – Manutenção das Atividades de Limpeza Pública

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100/114

7.3. O empenho inicial é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2018NE00078, emitida em 25/01/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Para que seja efetivado o pagamento será verificada a regularidade fiscal da contratada junto ao SICAF, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, ou por meio da apresentação de documentos hábeis.

8.2. Os documentos mencionados no item anterior serão obtidos pelo executor do contrato, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, será verificada mediante consulta às páginas eletrônicas oficiais disponíveis.

8.3. A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura, caso o SICAF esteja desatualizado:

I. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/1990);

III. Certidão de Regularidade Trabalhista, junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT;

IV. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

8.4. Em havendo a impossibilidade de consulta, pelo SLU/DF aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

8.5. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, podendo ser dividido em 2 (duas) parcelas.

8.6. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte do SLU/DF, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC do mês anterior da apresentação da fatura.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.8. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I. a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II. se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do objeto deste instrumento, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SLU/DF, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente..

8.9. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou

superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato possui a vigência de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, conforme o art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, a contar de **29 de janeiro de 2018 até 28 de julho de 2018**, ou, até a conclusão do Pregão Eletrônico n.º 14/2017-SLU/DF, o que ocorrer primeiro, sendo informada a CONTRATADA para rescisão do presente instrumento no prazo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

As organizações de catadores contratadas que ocuparem espaços físicos do SLU deverão assinar Termo de Responsabilidade de Imóveis e Equipamentos do SLU/DF, no ato do recebimento do espaço físico e equipamentos, cujo termo será acompanhado pelo responsável da Contratante, juntamente com o preposto da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

11.1. Como garantia da execução plena e fiel cumprimento dos termos deste contrato a empresa contratada, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, prestará garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato.

a) A garantia de que trata o item anterior, deverá ser recolhida, seja em qualquer modalidade escolhida, no Núcleo de Tesouraria (NUTES) do SLU.

b) A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério SLU, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia.

11.2. A garantia, a critério da empresa contratada, se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:

I. Caução: em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II. Seguro-Garantia; ou

III. Fiança Bancária.

11.3. A modalidade de seguro garantia deverá seguir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em especial a Circular SUSEP n.º 477, de 30 de setembro de 2013.

11.4. Nos casos das modalidades constantes dos subitens 20.2.2 ou 20.2.3, deverão ser observadas as seguintes disposições:

i. A validade mínima da garantia deverá cobrir 3 (três) meses, além do prazo pactuado para vigência contratual.

ii. Deverá assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como garantir o reembolso ou o pagamento das indenizações, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios que a CONTRATANTE venha a ser condenada, direta, solidariamente ou subsidiariamente à CONTRATADA, resultantes de ações trabalhistas diretas, restrita ao âmbito da

relação da CONTRATADA com o autor/reclamante, ou que caracterize tal relação empregatícia como passível de execução fiscal/trabalhista, durante o período em que o autor/reclamante prestou, ou ainda esteja prestando, serviços nas dependências da CONTRATANTE, restrito ao período de vigência da apólice ou da fiança.

iii. A inadimplência da CONTRATADA quanto à execução do contrato principal e seus aditivos, que ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice ou fiança e a expectativa e/ou a reclamação de dano por inadimplência contratual deverão ser comunicadas pela CONTRATANTE à Seguradora ou banco fiador, imediatamente após o seu conhecimento, observando que o prazo limite para tal reclamação será a data do final de vigência da apólice ou fiança, ressalvado o disposto no item iv.

a) A expectativa de dano por inadimplência contratual ocorrerá quando a CONTRATANTE tomar conhecimento de indícios de inadimplência na execução do contrato, devendo notificar extrajudicialmente a CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para regularização, enviando cópia para a Seguradora ou Banco fiador. Esgotado o prazo para regularização sem que esta tenha se efetivado, a CONTRATANTE comunicará o fato imediatamente à seguradora ou ao banco fiador para oficializar a reclamação do dano por inadimplência contratual.

b) Comprovada a inadimplência da CONTRATADA, em relação às obrigações cobertas pela apólice e/ou fiança, que foram objetos de comunicação de expectativa de dano por inadimplência contratual e/ou reclamação, tornar-se-á exigível a garantia do seguro ou fiança.

iv. Os danos por inadimplência contratual referente à cobertura de riscos trabalhistas, bem como eventual dívida fiscal/trabalhista, poderão ser reclamados, desde que a ação tenha sido distribuída pelo autor/reclamante até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato principal garantido pela seguradora ou banco e/ou após o término de vigência do seguro ou fiança, o que ocorrer primeiro.

11.5. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas, devendo a apólice de seguro-garantia ou carta fiança fazer constar tal responsabilidade.

11.6. A garantia, ou seu saldo, será liberada após a execução do contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas. Quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.7. No caso de utilização da garantia, para cobrir eventuais multas e/ou para o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização cabível, a CONTRATADA providenciará o reforço da garantia no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do Contrato, até 1 (um) mês após o final do prazo de execução.

11.8. No caso de a CONTRATADA não cumprir o disposto no item anterior, poderá ter os pagamentos retidos até a regularização da situação, podendo inclusive ter o contrato rescindido.

11.9. Por ocasião do reajustamento/repactuação de preços, caso previsto, a CONTRATADA providenciará o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.

11.10. A garantia contratual somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, diretamente pelo CONTRATANTE aos prestadores de serviços.

11.11. As cartas de fianças emitidas por consultorias empresariais ou qualquer fidejussória ofertada por entidades não cadastradas como instituição bancária pelo Banco Central do Brasil não servem para os fins do artigo 56, §1º, III, da lei nº 8.666/1993. (Parecer nº 110/2014-PROCAD/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DO SLU

12.1. Acompanhar e fiscalizar, por um representante ou comissão do SLU designada, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (art. 67).

12.1.1. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas os seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

12.3. Fiscalizar a execução dos serviços e zelar pela boa qualidade, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários.

12.4. Remunerar os serviços contratados na forma e nas condições pactuadas.

12.5. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato, de acordo com as leis que regem a matéria.

12.6. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços, objeto do contrato.

12.7. Efetuar a pesagem dos entulhos trazida pelos caminhões de coleta na balança do aterro, de onde é encaminhado para o pátio de recepção;

12.8. Fazer conferência dos planos de operação entregues pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica (inciso XIII, art. 55).

13.2. Executar fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 66).

13.3. Manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68).

13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69).

13.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (art. 70).

13.6. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 71).

13.7. Providenciar que o Responsável Técnico faça o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T., conforme dispõe o Art. 1º da Lei nº 6.496/1977 e Art. 3º da Resolução nº 307/86 – CONFEA.

13.8. No caso de substituição do Responsável Técnico, o currículo de seu substituto deverá ser previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO e será providenciada nova A.R.T., conforme disciplina a Resolução nº 307/86 – CONFEA.

13.9. Responsabilizar por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por empregados e por acidentes causados contra terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais.

13.10. Permitir livre acesso da fiscalização do SLU nas dependências de execução dos serviços para o exame das instalações e anotações relativas às máquinas, pessoal e material, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos requeridos.

13.11. Comprovar o efetivo recolhimento dos encargos sociais mensais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados à prestação dos serviços.

13.12. Responder pela veracidade de todas as informações constantes da proposta apresentada.

13.13. Comunicar ao SLU imediatamente sobre quaisquer deficiências ou falhas que possam prejudicar ou interferir na execução dos serviços objeto da licitação.

13.14. Atender ao pedido de afastamento de qualquer empregado solicitado pelo SLU, cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, devendo ser realizada imediatamente após a entrega da notificação. Dispensas que originarem procedimentos judiciais é de responsabilidade da CONTRATADA.

13.15. Manter todos os empregados operacionais uniformizados e com os equipamentos de proteção individual (EPI).

13.16. Responsabilizar-se em atender as exigências dos órgãos ambientais federais e do Distrito Federal que por ventura ocorram durante a vigência do contrato, promovendo a regularização dos serviços e das unidades decorrentes do objeto licitado.

13.17. Entregar todos os planos e relatórios mensais para o SLU, para aprovação, com relação aos planos e relatórios mensais para controle do órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, de acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, devendo ser precedida de autorização escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por uma das partes, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, e deverá ser fundamentada pela autoridade competente. (art. 79, da Lei nº 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. Pelo descumprimento de cláusulas ou condições do contrato, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto nº. 26.851/2006, com suas alterações posteriores, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº. 8.666/1993;

15.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Habilitação e do contrato dele decorrente, em face do disposto nos

arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/1993, no âmbito da administração direta, autárquica, fundacional e das empresas públicas do Distrito Federal, observarão as regras estabelecidas nos citados normativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA RESCISÃO UNILATERAL

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO EXECUTOR

18.1. A fiscalização e o controle do objeto do presente Instrumento serão exercidos por servidor ou comissão designada pelo SLU, legalmente habilitados e designados para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE.

18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive aquela resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

18.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

18.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas.

18.3.2. Sustar quaisquer serviços ou fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste Instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

18.3.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente do SLU em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.3.4. O serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

18.3.5. Para efeito de atesto de Notas Fiscais ou Faturas, o servidor ou comissão designada pelo SLU, poderá solicitar os documentos elencados a seguir, **no todo ou em parte**:

- a) Folha de pagamentos do mês a que se referem às Notas Fiscais ou Faturas, bem como resumo e contracheques devidamente quitados e assinados;
- b) Comprovantes dos pagamentos de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos funcionários vinculados ao Contrato, inclusive em caráter temporário, do mês anterior à Nota Fiscal;

- c) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do Contrato;
- d) Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do Contrato;
- e) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social;
- f) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE) relativa ao mês a que se referem as Notas Fiscais ou Faturas, contendo todos os funcionários vinculados ao Contrato, inclusive em caráter temporário, durante esse período;
- g) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Distrital; emitida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF;
- h) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- * i) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- j) Certidão de Regularidade Trabalhista, junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT;
- k) Cópias dos recibos de entrega dos vales-transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho;
- l) Cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias e indenizatórias, relativos ao mês de ocorrência desses eventos;
- m) Apresentar comprovante de pagamento das 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de todos os colaboradores, referentes aos meses de adimplemento dessas obrigações.

18.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente do SLU em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.5. Papéis e Responsabilidade:

18.5.1. Para a execução do contrato será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e fiscalização/verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

18.5.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

18.5.3. **Gestor do Contrato:** é o servidor nomeado pela autoridade máxima da Administração, no caso do SLU é o chefe do Núcleo de Contratos e Convênio, com a competência ligada ao Contrato e não abarcado pela pura e simples fiscalização da execução, como, por exemplo, a necessidade de formalização dos termos aditivos relativos à alteração do projeto, prorrogação dos prazos, a publicação dos extratos, a verificação de manutenção das condições de habilitação, entre outras

providências, devendo essas ações ser auxiliadas pelo Executor ou Comissão de Fiscalização do Contrato.

18.5.3.1. Executor ou Comissão de Fiscalização do Contrato: é o servidor ou comissão de servidores designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços;

18.5.3.2. Preposto: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal com o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

18.5.4. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração do SLU, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, além de coordenar e fiscalizar as atividades da equipe, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

18.5.5. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do SLU, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, após a assinatura do contrato, para tratar de assuntos pertinentes à implantação da execução do contrato relativo à sua competência.

18.5.6. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem como outros questionamentos futuros, para o bom andamento da contratação.

18.5.7. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração do SLU, inclusive quanto ao cumprimento das regras estabelecidas nesta contratação.

18.6. Formas de comunicação:

18.6.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTA VINCULADA

19.1. Nos termos do art. 2º da Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e do art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, os valores destinados às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, décimo - terceiro e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por dispensa sem justa causa serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em CONTA CORRENTE VINCULADA;

19.2. Para fins de contabilidade pública, as provisões trabalhistas retidas serão consideradas como despesa liquidada, consoante o art. 4º do Decreto Distrital nº 34.649/20;

19.3. Cada provisão constituirá percentual de retenção sobre o total mensal pago, sendo que o montante retido representará a soma dos percentuais individuais de cada uma das provisões, constantes da Proposta de Preços da CONTRATADA.

19.4. As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.

19.5. Os valores retidos mensalmente serão depositados na conta vinculada respectiva no Banco de

Brasília S/A – BRB e remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no Acordo de Cooperação Técnica, a ser firmando entre o CONTRATANTE e o BRB, previsto no art. 7º do Decreto Distrital nº 34.649/13, adotando - se o índice de maior rentabilidade.

19.6. O CONTRATANTE encaminhará ao BRB, mensalmente, relatório de execução do contrato, devendo constar, obrigatoriamente:

a) Salário individual dos empregados, e;

b) Período que cada empregado permanece vinculado ao contrato específico;

c) A assinatura ou renovação do contrato de prestação de serviços será precedida de:

c.1) Solicitação formal do órgão ou entidade contratante da abertura de conta corrente vinculada, em nome da empresa;

c.2) Assinatura pela contratada de termo específico do BRB que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos extratos diários e mensais;

c.3) Autorização da contratada para que a conta vinculada somente seja movimentada após determinação do órgão ou entidade contratante;

c.4) Autorização da contratada para que o BRB somente efetue o pagamento das provisões definidas no art. 2º do decreto distrital nº 34.649/13 em conta salário do trabalhador, aberta no BRB, ou se for o caso, na conta vinculada do respectivo empregado junto ao FGTS;

c.5) Termo de compromisso firmado pela empresa de que os pagamentos de salário e similares serão realizados exclusivamente por meio do BRB.

19.7. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado após a autorização do CONTRATANTE, mediante comprovação da ocorrência de qualquer situação que gere o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/13.

19.8. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA apresentará pedido formal a o CONTRATANTE no qual conste o montante a ser liberado, acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência da situação que gere o pagamento das provisões, atestado por profissional responsável pelos cálculos.

19.9. O pedido formal de liberação sempre deverá ser acompanhado de tabela em meio magnético, na qual devem constar os seguintes dados:

a) Nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF do empregado;

b) Período da vinculação do empregado na empresa;

c) Período da vinculação do empregado no Órgão ou entidade CONTRATANTE;

d) Base salarial que alicerça o montante a ser liberado, por empregado e somatório, e;

e) Memória de cálculo individualizado por tipo de provisão.

19.10. Para a movimentação da conta vinculada nos casos em que ocorra demissão de empregado com mais de 01 (um) ano de serviço, será obrigatória a apresentação de documento de validação dos valores devidos, atestado pelo respectivo Sindicato da Categoria ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, conforme estabelece o § 1º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

19.11. Na hipótese de o empregado ser desligado da empresa com menos de 01 (um) ano de serviço,

a empresa deverá apresentar documento comprobatório dos cálculos dos valores indenizatórios a que o trabalhador faça jus, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo cálculo, pelo empregador e pelo empregado.

19.12. A CONTRATANTE poderá requerer, a seu critério, outros dados e informações e estabelecer leiautes para a remessa dos relatórios.

19.13. O montante da provisão a ser liberada não poderá exceder os limites individuais constituídos para cada tipo de provisão, não sendo admitido o pagamento de uma provisão com recursos constituídos para outra.

19.14. O BRB e a CONTRATANTE estabelecerão procedimentos de modo a aferir o cumprimento do disposto no item anterior.

19.15. Na hipótese de o empregado deixar de prestar serviços ao órgão ou entidade CONTRATANTE, ainda que permaneça vinculado à CONTRATADA, as provisões serão liberadas proporcionalmente ao tempo que tenha prestado serviços ao órgão ou entidade CONTRATANTE.

19.16. Protocolado o pedido de autorização para movimentação da conta vinculada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos de que trata o item 15.8 para autorizar o BRB a desbloquear o Os valores liberados serão depositados diretamente na conta-salário dos empregados da CONTRATADA, ou se for o caso, na conta vinculada do respectivo empregado junto ao FGTS, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de autorização do órgão ou entidade CONTRATANTE.

19.17. Constatadas inconsistências nos documentos de que trata o item VIII, a contagem de prazo será suspensa até a apresentação das correções devidas.

19.18. Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à CONTRATADA mediante autorização do órgão ou entidade CONTRATANTE.

19.19. Para a liberação do saldo da conta vinculada a empresa deverá, obrigatoriamente, comprovar a quitação de todas as provisões objeto do Decreto Distrital nº 34.649/13 e apresentar declaração formal do Sindicato da Categoria correspondente aos serviços contratados, que ateste a quitação de todos os direitos trabalhistas.

19.20. O órgão CONTRATANTE entenderá como aceitação tácita da quitação de todos os direitos trabalhistas quando o Sindicato não se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de encerramento do contrato

19.21. A CONTRATANTE terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para liberar o saldo dos recursos provisionados na respectiva conta vinculada da empresa CONTRATADA, contado da apresentação dos documentos exigidos no item XVII ou do decurso do prazo para manifestação do Sindicato.

19.22. As disposições contidas neste item serão efetivamente aplicadas quando o Banco Regional de Brasília (BRB) estiver apto a operacionalizar a conta vinculada de que trata a Lei Distrital nº 4.636/2011 e o Decreto Distrital nº 34.649/2013

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FRASEOLOGIA ANTICORRUPÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entrar em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro de Brasília (DF) para dirimir quaisquer dúvidas que resultem do presente ajuste, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Instrumento será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, como condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 01 (via) via de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2018.

Pelo **SLU/DF**:

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS

Diretora-Presidente

CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS

Diretora de Administração e Finanças

Pela **CONTRATADA**:

DIETER TOMOO KOPP IKEDA

ADMINISTRADOR

MARCO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES

ADMINISTRADOR

EDUARDO QUEIROZ ALVES

ADMINISTRADOR

Testemunhas:

CARLA PATRÍCIA B. RAMOS

CPF. 386.350.461-53

MARIA ALVES DE SOUZA MITO

CPF.313.434.811-04



Documento assinado eletronicamente por **DIETER TOMOO KOPP IKEDA, Usuário Externo**, em 25/01/2018, às 18:30, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES, Usuário Externo**, em 26/01/2018, às 11:25, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO QUEIROZ ALVES, Usuário Externo**, em 26/01/2018, às 13:08, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS - Matr.0270026-3, Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 26/01/2018, às 14:17, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS - Matr.0267234-0, Diretor(a) - Presidente**, em 26/01/2018, às 17:20, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA PATRÍCIA BARBOSA RAMOS - Matr.0083272-3, Gerente de Licitação e Contratos**, em 26/01/2018, às 17:23, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALVES DE SOUZA MITO - Matr.0271944-4, Chefe do Núcleo de Contratos e Convênios**, em 26/01/2018, às 17:32, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= 4801101 código CRC= 091BCD80.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 08, Edifício Shopping Venâncio, 6º Andar - Bairro Setor Comercial Sul - CEP 70.333-900 - DF

00094-00005053/2018-16

Doc. SEI/GDF 4801101